6

Referências Bibliográficas

AJA, Eliseo (editor). Las Tensiones entre el Tribunal Constitucional y el Legislador en la Europa Actual. Barcelona: Ariel, 1998.

ALVES JR, Luís Carlos Martins. **O Supremo Tribunal Federal nas Constituições Brasileiras.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

APPIO, Eduardo. **A Judicialização da Política**. **Revista Sequência**. Florianópolis, n. 47, p. 81-97, dez. 2003, 2003.

AZEVEDO, José Afonso de Mendonça. **Elaborando a Constituição Nacional: atas da Subcomissão elaboradora do anteprojeto 1932/1933.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BASTOS, Elísio Augusto Velloso. **A Garantia Jurisdicional da Constituição Brasileira. Análise e Propostas para seu Aprimoramento.** São Paulo: Método, 2009.

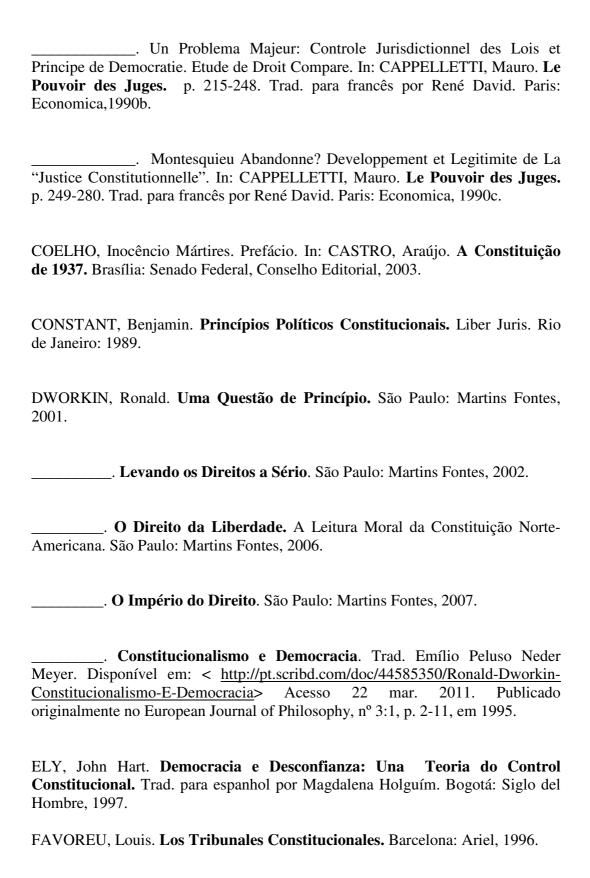
BARBOSA, Rui. Atos Institucionais. 2° ed. Campinas: Russel Editores, 2004.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Experiências no Controle de Constitucionalidade – O Diálogo Institucional Canadense e a Constituição de 1937. **Direito Público.** São Paulo, v. 7, n. 31, p. 58 - 66, jan./fev. 2010.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional.** 2002. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/chicocampos.html Acesso 23 mar. 2011.

CASTRO, Araújo. **A Constituição de 1937**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. Le Controle Jurisdictionnel des Lois en Droit Compare. In: CAPPELLETTI, Mauro. **Le Pouvoir des Juges.** p. 177-214. Trad. para francês por René David. Paris: Economica, 1990a.



FERNÁNDEZ SEGADO, Francisco. Evolucion Historica y Modelos de Control de Constitucionalidad. In: GARCIA BELAUNDE, Domingos; FERNÁNDEZ SEGADO, Francisco. (coord). La Jurisdiccion Constitucional em Iberoamerica. Madri: Dikinson, S.L., 1997.

GARDBAUM, Stephen. O Novo Modelo de Constitucionalismo da Comunidade Britânica. In: BIGONHA, Antonio Carlos Alpino; MOREIRA, Luiz. (org). **Legitimidade da Jurisdição Constitucional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GARGARELLA, Roberto. La Justicia Frente al Gobierno. Sobre el Carácter Contramayoritario del Poder Judicial. Barcelona: Ariel, 1996.

______. Em nome da constituição. O legado federalista dois séculos depois. In: **Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx.** BORON, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciencias Humanas, USP, Universidade de Sao Paulo. 2006. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/08_gargarella.pdf. Acesso em: 30 mar 2012.

GRIFFIN, Stephen M. A Era Marbury: O Judicial Review em uma Democracia de Direitos. In: BIGONHA, Antonio Carlos Alpino; MOREIRA, Luiz. (org). **Legitimidade da Jurisdição Constitucional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010a.

_____. Enfim a Hora da Democracia? A Nova crítica ao Judicial Review. In: BIGONHA, Antonio Carlos Alpino; MOREIRA, Luiz. (org). **Legitimidade da Jurisdição Constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010b.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre Faticidade e Validade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KELSEN, Hans. Jurisdição Constitucional. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEITE, Fábio Carvalho. **1891:** A Construção da Matriz Político-Institucional da República no Brasil. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional e Teoria do Estado. PUC-Rio, 2002.

ADIn e ADC e a ambivalência possível: uma proposta. RDE. Revista de Direito do Estado, v. 10, p. 67-99, 2008.
A cláusula de reserva de plenário segundo os Tribunais de Justiça. Custos Legis Revista Eletrônica do Ministério Público Federal , v. 3, p. 5, 2011.
LESSA, Pedro. Do Poder Judiciário. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1915. Versão digital disponível em: <a 2012-fev-15="" href="http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/DominioPublico/8891/PDF/8891.pdf#search='constituicao%201891%20constitui%E7%E3o%20constituic%E3o%20constitui%E7%E3o%20de%201891'. Acesso em: 5 abril 2012.</td></tr><tr><td>MACHADO, Joana de Souza. Ativismo Judicial no Supremo Tribunal Federal. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional e Teoria do Estado. PUC-Rio, 2008.</td></tr><tr><td>MALBERG, Raymond Carré de. A Sanção Jurisdicional dos Princípios Constitucionais. In: KELSEN, Hans. Jurisdição Constitucional. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</td></tr><tr><td>MANGABEIRA, João. Em Torno da Constituição. São Paulo: Editora Nacional, 1934.</td></tr><tr><td>MEDINA, José Miguel Garcia. A PEC dos Recursos e a reforma de que o STF precisa. In: http://www.conjur.com.br/2012-fev-15/pec-recursos-reforma-supremo >. Acesso em: 15 jun. 2012.
MELLO FRANCO, Afonso Arinos. Introdução. In: O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
MENDES, Conrado Hübner. Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação . Tese de Doutorado, USP-SP, 2008a.
Controle de Constitucionalidade e Democracia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008b.

MENDES, Gilmar Ferreira. O Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade. In: MARTINS, Ives Gandra; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do (coord). **Tratado de Direito Constitucional. Vol. I.** São Paulo: Saraiva, 2010.

_____; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007.

MILTON, Aristides A. A Constituição do Brazil. Noticia Histórica, Texto e Commentario. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das Leis.** 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MORO, Sérgio Fernando. **Jurisdição Constitucional Como Democracia.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

NOGUEIRA, Rubem. Ruy Barbosa e o Supremo Tribunal Federal. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v.17, n. 67, p. 135-146, jul./set. de 1980. Disponível em http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181229. Acesso em: 5 abril 2012.

PIMENTA BUENO, José Antonio. **Direito publico brazileiro e analyse da constituicão do imperio.** Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1857. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=9skEAAAAYAAJ&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s. Acesso em 8 abril 2012.

PINTO, José Guilherme Bernam Corrêa. Supremacia Judicial e Controle de Constitucionalidade. **Direito Público.** São Paulo, v. 7, n. 31, p. 25-57, jan./fev. 2010.

POLETTI, Ronaldo. **A Constituições de 1934.** 2ª ed. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. Disponível em http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/137602/1/1934.pdf. Acesso em: 5 abril 2012.

RAMOS, Elival da Silva. Controle de Constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SCHMITT, Carl. O Guardião da Constituição. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SILVA, Carlos Bruno Ferreira da. **O Guardião da Constituição no Estado Democrático de Direito.** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional e Teoria do Estado. PUC-Rio, 2005.

TAVARES, André Ramos. Repensando a ADPF no Complexo Modelo Brasileiro de Controle da Constitucionalidade. In: NOVELINO, Marcelo (org.). **Leituras Complementares de Constitucional. Controle de Constitucionalidade.** 3ª ed. rev. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2010.

TUSHNET, Mark. **Taking the Constitution Away from the Courts.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1999.

_____. Weak Courts, Strong Rights. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2008.

______. Ceticismo sobre o Judicial Review: Uma perspectiva dos Estados Unidos. In: BIGONHA, Antonio Carlos Alpino; MOREIRA, Luiz. (org). **Limites do Controle de Constitucionalidade.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

VALDÉS, Roberto Luis Blanco. **O Valor da Constituição.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência Política**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

VIEIRA, Renato Stanziola. **Jurisdição Constitucional Brasileira e os Limites de sua Legitimidade Democrática.** Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

WALDRON, Jeremy. A Essência da Oposição ao Judicial Review. In: BIGONHA, Antonio Carlos Alpino; MOREIRA, Luiz. (org). Legitimidade da

Jurisdição Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
O Judicial Review e as Condições da Democracia. In: BIGONHA,
Antonio Carlos Alpino; MOREIRA, Luiz. (org). Limites do Controle de
Constitucionalidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.